



Igualdade de oportunidades

Os bancos precisam avançar em questões importantes para promover igualdade de oportunidades, como o fim das distorções salariais entre os gêneros e condições iguais nos processos de ascensão para que mulheres, PCDs (Pessoas com Deficiência), negros e LGBTs tenham maior representatividade nos cargos de chefia. A cobrança será feita na terceira rodada de negociação entre Comando Nacional dos Bancários e Fenaban, nesta quinta-feira (11).

As desigualdades ainda são grandes. As mulheres, por exemplo, representam cerca de 50% do quadro. A proporção, no entanto, não é refletida nos espaços de gerência e de comando. Relatório do Dieese, elaborado com base nos dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do MTE



(Ministério do Trabalho e Emprego), revela que as bancárias recebem em média 22% menos do que os bancários. No caso das negras, a remuneração é 38% inferior à média dos homens brancos.

O relatório aponta ainda que a proporção de trabalhadores com deficiência contratados representa somente 4% da categoria. Em relação aos bancários que fazem parte da comunidade LGBT, não existem dados atualizados.

Jornada e teletrabalho na pauta da Caixa

As negociações da campanha salarial não param. Na sexta-feira (12), estarão na pauta da próxima reunião entre os representantes dos empregados e a Caixa temas relacionados à jornada de trabalho e à manutenção dos mesmos direitos de quem trabalha presencialmente para quem cumpre a jornada de forma remota.

Os empregados da Caixa, assim como toda a categoria, também reivindicam a manutenção da abertura das agências de segunda a sexta-feira e que cada bancário cumpra a jornada diária de cinco horas em apenas quatro dias por semana. Os bons resultados das empresas que realizaram testes são justificativas para a cobrança.

O que é assédio moral?

O assédio moral é todo comportamento abusivo (gesto, palavra e atitude) que ameaça, por sua repetição, a integridade física ou psíquica de uma pessoa, degradando o ambiente de trabalho. São microagressões, pouco graves se tomadas isoladamente, mas que, por serem sistemáticas, tornam-se destrutivas. Geralmente, este tipo de conduta ocorre quando há relações hierárquicas autoritárias, em que prevalecem atitudes negativas em relação a seus subordinados, com ataques repetitivos. É o sentimento de ser ofendido, menosprezado, constrangido e ultrajado pelo outro no ambiente de trabalho. Essa humilhação causa dor, tristeza e sofrimento.

Orientações para denúncia: A Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários tem uma importante ferramenta no combate ao assédio moral que é a Cláusula 58. Portanto, ao perceber um comportamento que se classifica como assédio moral, anote todos os detalhes da agressão. Descreva dia, hora, assunto envolvido e, principalmente, a presença de testemunhas. Todos os detalhes são relevantes, facilitam a apuração da denúncia e garantem sua legitimidade. Vale ressaltar que se trata de uma denúncia totalmente sigilosa.

Bancária/o denuncie, você não está sozinha/o!

Mobilização pelos direitos dos Caixas do BB

Em meio à ameaça aos caixas do Banco do Brasil, de extinção de função, e a recente decisão judicial que cassou a liminar que garantia a gratificação, a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e o Comando Nacional dos Bancários, traça estratégias importantes para reverter o quadro. Entre elas a realização de protestos nas agências, inclusive com conscientização dos clientes sobre a importância da manutenção do atendimento em guichês. Os bancários estão fazendo a defesa de três eixos de reivindicações: combate ao fechamento de guichês de caixa, manutenção do pagamento da gratificação, além de plano de carreira e priorização para os caixas em concorrências.

Projeto de Lei

A União Nacional de Caixas do Banco do Brasil está construindo um Projeto de Lei de Iniciativa Popular - Na Boca do Caixa - para garantir o direito do consumidor a realizar quaisquer transações em guichês de caixa das agências bancárias. O movimento está buscando o apoio das entidades sindicais a essa proposta e em breve dará início à coleta de assinaturas. Para que o projeto seja acolhido para votação pelo Congresso Nacional, precisará do apoio de 1% do eleitorado brasileiro. É perfeitamente possível!

Um prêmio a escravidão

A persistência dos casos de trabalho análogo a escravidão expõe não apenas a falência ética e moral das empresas envolvidas, mas também a convivência do Estado, que as recompensa com generosas isenções fiscais. Pelo menos 18 empresas autuadas em 2021 por submeterem os trabalhadores as condições degradantes receberam R\$ 1,1 bilhão em isenções fiscais do governo anterior, conforme dados do Ministério da Fazenda. Na lista, Ambev e Heineken que tiveram 23 motoristas resgatados em situação degradante.